



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 187 - 2ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 2000 - R\$ 1,00

Nada de salário mínimo de 100 dólares do PFL, que conserva a miséria e a fome! Por um salário mínimo real de 1900 reais, reajuste integral das perdas, escala móvel de reajuste e fim do desemprego, com a a escala móvel de horas de trabalho.

**Assembléias em todos os sindicatos.
Aprovar um plano de reivindicações.**

Construir comitês de base.

Organizar a greve para exigir do governo e capitalistas o atendimento das reivindicações dos explorados.

México: Pela imediata libertação dos estudantes presos. Viva a greve de 9 meses na UNAM!

O que está por trás da crise do governo

A formação do bloco parlamentar PSDB/PTB expôs a disputa do partido presidencial (PSDB) com o aliado PFL em torno da máquina do Estado. Tudo indica que na próxima eleição presidencial, distante a três anos, não haverá mais a atual aliança. O conflito do momento é preparação para a ruptura mais à frente.

As eleições municipais que se aproximam surgem como principal motivo da disputa PSDB/PFL. A conquista das principais cidades e do maior número possível de prefeituras forma a base da concorrência entre os partidos pela hegemonia na política burguesa. As alianças funcionam não só como necessidade para a administração do Estado em favor dos interesses da classe capitalista, mas também como condição para os partidos não hegemônicos exercerem influência na máquina do Estado. E assim poderem se potenciar.

Como a aliança já cumpriu a função de sustentar a aplicação do Plano pró-imperialista e antipopular de FHC, e como as possibilidades de tal política econômica está esgotada, todos procuram uma rearticulação de forças para, no fundo, sustentar a mesma linha com alterações. Não por acaso que o PFL, o mais direitista e oligárquico dos partidos da coligação, vem fazendo demagogia com a bandeira de resolver a fome e a miséria das massas. Estão aí o Fundo contra a pobreza, o salário mínimo de 100 dólares, apoio à idéia petista de renda mínima etc.

A bandeira dos 100 dólares criou a maior discussão do PFL com o Presidente da República. Puro jogo de cena na disputa para as eleições municipais. Antônio Carlos Magalhães se convenceu de que é preciso mudar a imagem de seu partido perante as massas do Sul e Sudeste do país. Uma dose de populismo é necessária até mesmo para sustentar seus currais eleitorais nordestinos.

Os partidos burgueses com uma mão golpeiam os explorados e com outra apresentam-lhes quirelas, como se fossem a salvação. Precisam exercer a dita-

dura da classe burguesa contra a maioria e, ao mesmo tempo, manter os oprimidos sob suas rédeas políticas. Nas eleições, as massas dão maioria eleitoral a este ou aquele partido, que manobram entre si o poder do Estado, se aliam e conspiram contra o povo.

A briga do PSDB com o PFL, que envolve todos os demais partidos com representação no parlamento, não passa de choques intestinos na política burguesa, cujo conteúdo se resume em como melhor administrar o capitalismo e como continuar a esmagar toda e qualquer tendência do proletariado rumo aos movimentos independentes. É claro que na base dos choques na superestrutura do Estado está a crise do regime político, que expressa as forças desintegradoras da política econômica da burguesia frente às contradições objetivas, econômicas e sociais.

Nesse ponto de maior importância, destaca-se a conduta do PT, partido que procura se distinguir como oposicionista, ou seja, defensor de uma linha econômica de reforma "popular" do capitalismo. A tática de trazer o PFL para os problemas sociais e torná-lo um aliado circunstancial funciona ao contrário. É o PT que se arrasta atrás das manobras do PFL, bem manejadas pelo ACM. Acaba, assim, por servir aos choques da aliança governamental e potenciar uma de suas facções.

A esperteza de utilizar a cisão em benefício próprio, ou, como dizem os reformistas, em favor dos trabalhadores, não passa de submissão ao jogo dos partidos oficiais que disputam a hegemonia. O cretinismo parlamentar do PT, PCdoB, e outros aliados, os leva à subserviência perante os partidos burgueses.

Nossa luta contra os partidos capitalistas difere totalmente desta linha. O partido revolucionário procura potenciar a luta de classe, organizando o combate da classe operária e demais explorados a partir de suas bandeiras próprias. Portanto, contrapostas aos partidos burgueses, ao parlamento dos capitalistas e ao conjunto do Estado.

*Não aceitemos a provocação do PFL
Nada de salário mínimo de fome de 100
dólares do PFL!*

Por um salário mínimo de 1900 Reais

Um salário de 100 dólares (177 Reais) é perpetuar a fome e a miséria das massas. Trata-se de uma provocação contra os explorados, que passam fome e assistem seus filhos sobreviverem à mingua. Nada de migalhas jogadas das ricas e abundantes mesas dos capitalistas. Os trabalhadores produzem toda riqueza que fica com os patrões e o governo despótico. Em troca, esses parasitas enchem os estômagos de seus escravos com quirela e ar poluído.

Contrapomos à miséria, a imediata adoção de um salário mínimo de 1900 reais, reajuste integral das perdas, escala móvel de reajuste e fim do desemprego com implantação da escala móvel das horas de trabalho.

Denunciamos a conduta do PT e da burocracia sindical

A horda de reformistas acha o máximo o PFL levantar a bandeira do salário mínimo de 100 dólares, pois afinal de contas é o que o PT e a burocracia sindical defendem. Denunciamos esses emporcalhados com a política burguesa. Não têm feito senão se acovardarem diante da reforma antinacional e antipopular de FHC e se ajoelharem perante o poder burguês. Apesar de não comerem na mesma mesa dos grandes capitalistas, os reformistas fazem-lhes a corte e se comportam como serviçais diante dos ataques burgueses à vida das massas. Denunciaremos sem nenhum ornamento os reformistas e a burocracia sindical traidora.

Nossa luta: exigir assembleias em todos sindicatos; aprovar um plano de reivindicações; constituir comitês de base; organizar a greve para exigir do governo e da burguesia o atendimento das exigências dos explorados.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

20 Anos de PT

À que classe pertence?

A idéia inicial de criação do Partido dos Trabalhadores, em fins de 70 e início de 80, era de um partido "sem patrões". Essa definição foi um primeiro passo importante, pois estabelecia uma primeira diferenciação em relação aos partidos burgueses quanto à composição social. Entretanto, um partido "sem patrão", por si só, não define o seu caráter de classe. É insuficiente e pode acobertar a ausência da definição de classe do partido. "Sem patrão" pode ser um partido pequeno burguês ou policlassista (várias classes).

Os sindicalistas da origem do PT e seus primeiros mentores intelectuais admitiram o "sem patrão", justamente por ser dúbio o conteúdo de classe. Na época, militantes mais antigos que hoje militam no POR defendiam que a tarefa era formar um partido proletário, portanto revolucionário. Os adversários, que admitiam o "partido sem patrão", argumentavam esquematicamente que queríamos um partido estreito, um partido formado apenas de "macacão", referindo-se aos operários fabris.

Respondíamos-lhes que um partido se caracteriza por seu programa, sua composição social e seu funcionamento organizativo. A luta em torno da concepção do partido começava pelo programa. Deveria ser proletário, ou seja, definido pelo objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias, pela tática determinante da ação direta e pelas tarefas fundamentais da luta antiimperialista e anticapitalista.

Como marxistas-leninistas-trotskistas, nos apoiávamos no Programa de Transição, nas conquistas internacionais do proletariado. As correntes centristas, como a Convergência Socialista, se contentavam com o "sem patrão", aliás, formulado por elas, e que também nos combatiam com o argumento de que éramos ultimistas e sectários pelo fato de defendermos de início um programa cuja estratégia fosse a ditadura do proletariado e o governo operário e camponês.

Pois bem, o PT, depois de alguns anos de vida e de ter alcançado um posto alto na democracia burguesa, tornando-se uma força eleitoral, realiza seu

Primeiro Congresso (1991). Qual foi o eixo? Condenar a estratégia da ditadura do proletariado e a revolução violenta (insurreição armada das massas). Os centristas que nos acusavam de ultimismo estavam desarmados para defenderem posições do marxismo revolucionário. As tarefas de seu programa democrático burguês, como reforma agrária radical, moratória da dívida externa, distribuição de riqueza, estatização de setores essenciais etc foram banidas, apesar de não passarem de receituário. Tudo que pudesse parecer com "o partido sem patrão" sofreu uma total revisão.

A esquerda centrista, a maioria se reivindica ou reivindicava do trotskismo, foi sendo derrotada no seu programa de reformas democráticas radicais no capitalismo e não puderam tirar a lição de que sua maior capitulação desde a origem do PT foi renunciarem a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Como se pode ver, a história de 20 anos do PT tem a ver com o caminho percorrido pelo radicalismo pequeno-burguês centrista, a exemplo do PSTU, O Trabalho, Democracia Socialista etc.

Mas voltemos ao PT. Uma das polémicas mais acirradas no interior do PT diz respeito às alianças. Isso porque o PT começou a ganhar projeção eleitoral, a ponto de se tornar uma possibilidade de poder governamental. Até hoje permanece o conflito. Ocorre que o "partido sem patrões" contava com todo tipo de restrição dos capitalistas.

Dois grandes problemas surgiram para o PT que pretendia se tornar um grande partido eleitoral: 1. Como arrumar dinheiro para as ricas campanhas eleitorais; 2. Como ser real alternativa de poder sem contar com aliança com partidos da burguesia. Enfim, tratava-se de romper a resistência dos capitalistas, já que o PT rechaçava a revolução e se propunha a sustentar o regime de exploração do trabalho através de reformas. Um partido da ordem burguesa não tem por que não se aliar com partidos do mesmo naipe, ainda que tenham diferenças de como tratar esse ou aquele problema econômico-social.

Uma das maiores aspirações da força hegemônica (aliás o verdadeiro PT), a Articulação e seus aliados, sempre foi a coalizão com o PSDB e parte do PMDB, classificada de "progressista". Isso porque se identificavam com a social-democracia. O destino do PT, dirigido por intelectuais da pequena burguesia e sindicalistas operários corrompidos, desde cedo esteve determinado pela política de subordinação aos grandes partidos burgueses considerados "democráticos e populares".

No Segundo Congresso, realizado em fins de 1999, o PT chega como um "partido de patrões". Nos 20 anos de existência, pôde realizar experiências eleitorais, parlamentares e executivas (prefeitos, governadores). Ganhou prestígio em uma parcela do empresariado, a ponto de contar com eles como fonte financeira de suas campanhas. Mesmo alguns petistas mais esquerdistas chegaram a receber doações de banqueiros.

O seu maior feito em favor da ordem capitalista surgiu de sua política "propositiva", ou seja, de colaborar no Congresso com as reformas pró-imperialistas, apesar de manter-se com ares de moral opositora ao neoliberalismo. Mas o maior serviço até agora prestado aos capitalistas foi o de ter formado uma burocracia sindical estatizante e neutralizar a CUT como instrumento de combate centralizado dos explorados.

Frente à brutal crise do capitalismo, do desemprego em massa, do esmagamento salarial, da crescente miserabilidade, das chacinas contra o MST e das medidas destruidoras de conquistas sociais, o PT reformista e os sindicatos dirigidos por ele encontram-se em posição de colaboração de classe. Não deixam nada a dever à direitista Força Sindical.

O PT faz um aniversário que só os capitalistas podem comer de seu bolo sem se envenenar. De nossa parte, chamamos o proletariado a não participar da festa dos opressores do povo, a condenar o reformismo e a colaboração de classe, a empunhar a estratégia da revolução e ditadura do proletariado e marchar rumo à construção do Partido Operário Revolucionário.

Nacionalismo do capital financeiro

Responder com a luta antiimperialista

O decreto do governo que permite ao capital estrangeiro adquirir 100% o Banespa criou um tremendo choque interburguês. Os banqueiros nacionais ficaram apreensivos quanto à possibilidade do capital internacional penetrar mais fundo ainda no sistema financeiro do país. Armou-se uma grita contra a desnacionalização.

Há poucos dias de distância do decreto de privatização do Banespa, o banco espanhol Santander comprou o Banco Bozano, Simonsen. Com isso, o capital estrangeiro abarcou 40% dos ativos bancários privados brasileiros. Se se considera também os ativos dos bancos estatais, os estrangeiros dominam 23% dos ativos totais. Em 1995 detinham apenas 11,9%. Como se vê, em 4 anos, o capital imperialista dobrou seu controle.

Os banqueiros brasileiros sentiram a invasão dos poderosos bancos internacionais. A compra do Bamerindus, em 1997, pelo Hong Kong & Shanghai Banking Corporation (HSBC) foi o sinal de que importantes corporações financeiras forçariam passagem no sistema financeiro praticamente dominado por banqueiros nacionais e pelo Estado. O Banco Santander começou suas atividades também nesse período comprando o Banco Geral do Comércio e, em seguida, em 1998, abocanhou o Banco Noroeste. Na mesma trilha outros bancos estrangeiros foram penetrando. O Banco Real acaba de ser comprado pelo ABN AMRO Bank.

Se o Banespa for adquirido pelo capital estrangeiro, a desnacionalização ganhará contornos dramáticos para os banqueiros internos. Os banqueiros brasileiros são anões perante o gigantismo do capital imperialista.

A vizinha Argentina retrata muito bem a voracidade desses gigantes, o setor bancário está quase totalmente desnacionalizado. Trata-se de um fenômeno geral na América Latina.

Os banqueiros brasileiros fizeram fila para apoiar o plano de privatização da indústria e de serviços (telefonias, energia etc). A burguesia em geral se ajoelhou diante da diretriz antinacional de FHC. Agora, os banqueiros e seus defensores no governo e no Parlamento recla-

mam contra a desnacionalização dos bancos. É que a ave rapina sobrevoa seus capitais.

Não faltam argumentos curiosos. Explicam que a desnacionalização na indústria não é problemática porque, afinal de contas, os capitais estrangeiros aplicados na produção criam riquezas através de exportações e do mercado interno, enquanto que no setor de finanças o resultado se restringiria no envio de remessa de lucros para as matrizes. Um outro, é que o capital estrangeiro não se interessaria em favorecer a política monetária do governo, porque não teria compromissos com a economia nacional e estaria apenas interessado em aferir lucros cada vez maiores.

Esses dois argumentos referentes à desnacionalização das finanças são verdadeiros até certo ponto. Por outro lado, os banqueiros nacionais se esquecem de dizer também que eles próprios seguem a cartilha do capital imperialista e que fazem parte do parasitismo. Mas deixemos de lado essa argumentação. O que interessa é que a desnacionalização da indústria leva conseqüentemente à desnacionalização do capital financeiro. Pretender que a indústria brasileira fique à mercê da voragem estrangeira e proteger especificamente o capital financeiro é cometer um desatino.

A burguesia brasileira semicolonial é incapaz de enfrentar as potências imperialistas. O governo Fernando Henrique Cardoso e seu plano de abertura pró-imperialista refletem a que ponto chegou o servilismo da burguesia brasileira. A década que se encerra se caracteriza por crescente expansão do capital imperialista na economia brasileira, mas é a partir de 94 que este tem o maior impulso.

Os anos 98 e 99 tiveram um maciço intervencionismo externo. Ramos como química, petroquímica, alimentos, material de transporte, informática, metalurgia, mecânica, telecomunicações, eletrônica, bebidas etc foram alvo de aquisições e fusões. Segundo cálculos, na década de 90, 927 negócios movimentaram 115 bilhões de reais. Na realidade, houve 1233 casos de fusões e aquisições com participação do capital estrangeiro,

que passou a ter controle total ou parcial de empresas de capital nacional. Pode-se deduzir que se trata de uma vultuosa operação do capital imperialista.

Dados do Banco Central mostram que os investimentos estrangeiros diretos no Brasil atingiram 113,235 bilhões de dólares. Em 1995, o Censo de Capitais Estrangeiros, do Banco Central, computava apenas 42,53 bilhões de dólares. As privatizações abriram o caminho para ampla desnacionalização.

A propaganda de que o Brasil passou a ser um país atrativo para os investimentos diretos estrangeiros tem por objetivo mostrar que o plano FHC está dando certo e que, por isso, a economia estaria em equilíbrio. Mas a verdade é bem outra. Trata-se simplesmente da entrega de ativos nacionais para banqueiros e multinacionais. Os bilhões que entraram no país não resultaram em expansão das forças produtivas e dinamização do mercado interno e exportações. Boa parte se dirigiu para aquisição das estatais e outra para fusões ou aquisições de empresas privadas nacionais.

Desde que o governo e a burguesia brasileira admitiram implantar o Consenso de Washington, tem crescido a canalização de investimentos em ativos já existentes. A UNCTAD classifica o Brasil em 8ª posição na lista mundial de estoque de capitais estrangeiros. "Das 500 maiores empresas globais, 405 delas estão em operação em território nacional, o que leva a um grau de internacionalização da economia brasileira de cerca de 20% do PIB" (Gazeta Mercantil, 19/1).

Esse domínio abarca os ramos fundamentais da economia. Eis por que as multinacionais detêm 52% das vendas, segundo a revista Exame de 1998.

Ultimamente, o capital imperialista tem se interessado pelo chamado setor de serviços, como telecomunicações, energia etc. Aí ocorre expansão dos negócios e alta lucratividade. O fato de existir um grande excedente de capital financeiro sem possibilidade de aplicação em seus próprios países de origem e os riscos de quebra nos negócios especulativos impulsionam tais capitais a penetrar nas semicolônias na forma de aquisição de ativos nacionais. Como não

poderia deixar de ser, o sistema financeiro está sujeito ao mesmo fenômeno.

As vantagens obtidas pelo capital imperialista ficam evidentes quando se verifica o crescimento da remessa de lucro para o exterior. No ano passado, foi de 7 bilhões de dólares; e se estima nesse ano em 10 bilhões. Um outro aspecto diz respeito ao crescimento das importações pelas multinacionais. "Em 1990, o coeficiente importador dessas empresas era de 5% e o exportador, de 12%. Hoje, tais coeficientes têm o mesmo valor, 9%, tendo havido recuo das vendas e aumento das compras no mercado internacional".

Certamente, o processo de desnacionalização vai além da aquisição de ativos fixos. Ao aumentar as importações, as multinacionais esmagam as indústrias internas. O caso da autopeças é um dos exemplos. Isso sem considerar outros efeitos sobre as finanças públicas e a moeda. Juntando a dívida externa a essa fabulosa penetração estrangeira na economia, verifica-se que o peso do capital estrangeiro no Brasil o torna mais dependente e submisso às diretrizes econômicas das potências (burguesia imperialista).

Nesse mesmo sentido, saque ao país é estarrecedor. Entre juros e amortizações foram pagos, em 1999, 67,075 bilhões de dólares em amortizações e juros. Somados os 7 bilhões de remessa de lucro a esse montante, alcança-se a extraordinária cifra de 74,075 bilhões de dólares. Comparemos à entrada de 30 bi-

lhões de dólares para fins de aquisição, fusões e especulação em títulos governamentais, logo veremos o significado desses 74,075 bilhões de dólares que foram para os cofres das multinacionais e banqueiros.

O nacionalismo dos banqueiros brasileiro é mesquinho e veio muito tarde. Representa apenas interesses particulares da oligarquia financeira interna. As declarações "nacionalistas" de descaramos pró-imperialistas soaram ridículas. E a esquerda reformistas, que faz oposição em discurso ao neoliberalismo e na prática colabora com a implantação do Plano antinacional de FHC, se juntou à mesquinhez dos banqueiros. Um dos parlamentares mais radicais do PT (do Rio de Janeiro), juntamente com outros dos demais partidos oficiais, foi acusado de defender o "nacionalismo" dos banqueiros porque teve sua campanha eleitoral financiada por um deles.

No final das contas, o governo manteve o decreto sobre o Banespa e todos ficaram calados. O maiores bancos nacionais procuram uma via estatal de financiamento para concorrer no leilão. Espera-se que o Estado os favoreçam e assim barre mais uma ofensiva do capital imperialista em sua seara. Tal jogo não faz senão mostrar ainda mais a pequenez dos banqueiros brasileiros.

O fato é que a burguesia brasileira mostra sua falência histórica. É incapaz de defender e cumprir as tarefas democráticas próprias do capitalismo atrasado, como a da independência nacional.

Acoberta-se com a soberania formal. Sob ela, o capital imperialista manda no governo, no parlamento e nos partidos burgueses.

Sem dúvida, é preciso não só barrar o avanço do capital imperialista em alguns setores mas sobre o conjunto da economia. E, para isso, a única classe capaz de cumprir essa tarefa é o proletariado em aliança com os camponeses pobres. É a classe produtiva e que sofre a brutal exploração que pode levantar o programa de expropriação revolucionária do grande capital imperialista e nacional.

Se o proletariado não encarnar a luta antiimperialista, o capital multinacional continuará sua invasão e o saque será cada vez maior. O que resulta em maior atraso do país e miséria das massas. É nesse sentido que o Partido Operário Revolucionário (POR) coloca a necessidade de uma Frente Única Antiimperialista.

Com esse instrumento, o proletariado poderá unificar a maioria explorada, levantar seu programa, atuar como classe independente e golpear a reação burguesa pró-imperialista, bem como desmascarar o nacionalismo burguês. A recuperação das estatais privatizadas, a eliminação do fluxo de riqueza para as potências, a quebra do poder do capital estrangeiro sobre os ramos fundamentais e outras tarefas nacionais não serão possíveis sem que a classe operária se organize através da luta de classe e lute por unificar a maioria explorada em um poderoso movimento antiimperialista.

Fora a flexibilização trabalhista!

O governo e o Congresso aprovaram uma série de mudanças que golpeiam violentamente os trabalhadores. Puseram fim ao direito dos trabalhadores agrários requisitarem a aposentadoria mesmo que os patrões não tenham assinado a carteira de trabalho. Acabaram com o estatuto do funcionalismo para enquadrá-los na CLT, eliminando inúmeros direitos. Permitiram que os capitalistas adotassem mecanismos de redução salarial (bancos de hora etc). Implantou recentemente as juntas trabalhistas

para julgar causas por empresa, cujo objetivo é permitir aos patrões imporem arbitrariamente seus objetivos. E, agora, têm um projeto de extinção do ponto 7 da Constituição que regulamenta direitos, como 13 salário, licença maternidade, férias etc. Esses direitos sairiam da Constituição e assim os capitalistas ficariam livres para negociar com a burocracia sindical traidora sua extinção.

Os defensores da chamada "Constituição Cidadã" de 1988, que regulamenta o poder dos capitalis-

tas, agora se calam diante da eliminação dos únicos pontos defensáveis pelos trabalhadores.

Responder com luta: defesa de toda regulamentação de direitos trabalhistas da Constituição, derubar integralmente a reforma anti-popular e antinacional de FHC, fim de todos acordos feitos pela burocracia sindical com os capitalistas que reduzem salários e permitam demissões, fim da demissões voluntárias, estabilidade no emprego, salário mínimo real.

O avanço do parasitismo financeiro

O Banco Itaú lucrou, no ano passado, R\$1,869 bilhão; o Unibanco, R\$591 milhões. Nessa mesma linha, inúmeros bancos tiveram grandes lucros. A rentabilidade do Itaú foi de 31,6% sobre o patrimônio; a do Unibanco, 18,5%. Trata-se de um índice excepcional. A que se deve tamanho prodígio? Tomemos o caso do Itaú: 700 milhões de reais foram ganhos com a desvalorização do Real; outra grande parcela saiu da aplicação em títulos públicos (o Itaú tem aplicado 9,3 bilhões de reais em papéis do governo) e a terceira maior fonte de lucro está nas tarifas. O mesmo se passou com os demais bancos que tiveram alta lucratividade. Ganham especulando com o dólar e se aproveitaram das altas taxas de juros pagas pelos títulos públicos. Os clientes dos bancos tiveram de arcar com sua parte pagando bem caro todo e qualquer tipo de serviço.

Esses dados mostram que o setor

mais lucrativo do capitalismo é o financeiro. Lucram com o parasitismo. Saqueiam parte das finanças públicas e arrancam o couro da maioria que depende dos bancos. Podemos ver que os dados principais não dizem respeito à utilização de empréstimos à indústria e ao comércio. A um excedente enorme de capital financeiro inaplicável na produção. Mesmo assim o custo do dinheiro é altíssimo para funções produtivas e para os consumidores.

A forma de valorizar constantemente esse capital inaplicável se encontra na política monetária do governo, que endivida o Estado e cria artifícios para alimentar os banqueiros parasitas. Num país em que milhões vivem abaixo da pobreza absoluta, em que milhões vivem com menos de um salário mínimo de 136 reais, outros milhões ganham até três salários mínimos, é assombroso o fato dos banqueiros tirarem dinheiro

dos cofres públicos por intermédio da especulação e da conivência do governo burguês. Torna-se mais assombroso ainda quando o governo que entrega bilhões para os parasitas destrói a Previdência, mantém o funcionalismo num arrocho de 6 anos, demite para economizar e toma uma série de outras medidas contra a vida da maioria.

Tudo isso parece muito ilógico. Entretanto, faz parte do funcionamento do sistema capitalista de produção e apropriação privada das riquezas.

O programa da revolução proletária tem como uma das medidas fundamentais a expropriação de todos os banqueiros e a constituição de um banco único estatal. A destruição dos banqueiros será parte da quebra do poder geral da burguesia sobre os meios de produção e distribuição.

A euforia dos capitalistas não é a euforia da classe operária

Os porta-vozes governamentais vêm fazendo uma verdadeira campanha otimista sobre as perspectivas econômicas do país. Prevêem um crescimento de 4%. Baseados nos dados do IBGE sobre o desempenho econômico de 1999, dizem que afinal de contas o crescimento de 0,82% contrariou as previsões sombrias de queda do PIB.

De fato, havia a hipótese de profunda recessão, que poderia levar à queda de até 5%. Se comparado com tal cifra, o 0,82% de crescimento é motivo de orgulho para o governo burguês. Entretanto, o problema não está numa previsão fracassada, mas no real desenvolvimento econômico. O 0,82% configurou estagnação. Se comparado com o 0,05% de 1998, houve um pequeno crescimento. Mas voltando a anos anteriores, veremos que só está à frente de 1992, quando houve recessão com a queda do PIB de 0,3%. Já comparativamente aos anos 1993 (+4,43%), 1994 (+5,62%), 1995 (+3,41%), 1996 (+2,69%) e 1997 (+3,39%), houve uma brutal queda.

A verdade é que os anos 98 e 99 fo-

ram marcados pela retração. Considerando, em termos absolutos, o 0,82%, o IBGE mostra que a indústria participou negativamente, ou seja, sofreu uma queda de 0,7%. Na composição industrial, setores de ponta como bens de capital e bens duráveis tiveram grandes quedas, o primeiro, menos 8,9% e o segundo, menos 9,4%; os bens de consumo não duráveis e semiduráveis foram positivos em 1,5%. Como se vê, houve recessão na indústria.

Os setores que asseguraram o PIB positivo de 0,82% foram a agropecuária com 8,99% e o de serviços com 1,07%. Há ainda um outro aspecto a ser considerado, que é o PIB per capita. Este critério de aferição se obtém pela divisão do valor do PIB pela população. "Segundo dados preliminares do IBGE, a queda foi de 0,4% no ano passado e de 1,32% em 98" (*Folha SP*, 9/2). A queda no PIB per capita indica a retração econômica. Esses dados ainda não estão completos. Por outro lado, há questionamentos quanto à metodologia utilizada na aferição da agropecuária. Ao invés de ser considera-

do o valor da produção, considerou-se "a variação física da produção". "É um índice de quantidade, que nada tem a ver com a renda do setor". Tudo leva a crer que o crescimento de 0,82% não corresponde à realidade.

Tendo em vista alguns fatores, o governo projeta um crescimento de 4% para este ano. Segundo ele, a inflação está sob controle, o câmbio já não apresenta tanto desequilíbrio, a arrecadação de impostos foi surpreendente, a indústria se reanimou no final de 99 e os empresários estão indicando a disposição de fazer grandes investimentos no ano 2000. Enfim, as reformas estariam no seu final e agora seria possível um crescimento sustentado daqui para frente. Essa previsão é contestada pelo IBGE e outros analistas econômicos da burguesia. Referem-se a continuidade das altas taxas de juros, a pequena capacidade de inversão do Estado e a restrição das exportações brasileiras.

Internamente, não é provável que haja uma reversão na redução do consumo, uma vez que o arrocho salarial e o

desemprego crescente diminuíram os ganhos dos assalariados. Por outro lado, a classe média não pode se dar ao luxo de aumentar ainda mais seu endividamento, a brutal queda na indústria automobilística e de consumo de bens duráveis mostra tal limite.

Mesmo que a meta dos 4% seja atinvida não será um grande feito, considerando os dois anos anteriores de estagnação e as necessidades sociais do país. De qualquer forma, o proletariado deverá aguardar o pior. Não há motivo para esperança de melhoria de vida. Os explorados não podem se contaminar com o otimismo burguês de que o próximo ano será de desenvolvimento econômico. Deverão olhar para o fato de que os salários na indústria tiveram uma queda média de 3,6% em relação a 1998, segundo a Confederação Nacional da Indústria. O total de salários pagos (massa salarial) da indústria teve uma redução de 10%. Esse indicador corresponde a menos trabalhador devido à destruição de postos de trabalho e menores salários devido ao aumento da exploração.

Observamos que o capitalismo reserva aos trabalhadores desemprego crescente e diminuição dos ganhos. Já não é possível as forças produtivas darem um grande salto à frente com a abertura de novas fábricas e aumento da capacidade do mercado. O potencial do capitalismo no Brasil se esbarra com os limites do capitalismo mundial. Nesta escala, verifica-se uma excessiva capacidade produtiva em choque com o estreitamento do mercado internacional. Não

há como o Brasil ampliar significativamente suas exportações de forma a dar um salto na produção industrial. O baixo crescimento, a estagnação ou a recessão inviabilizam uma melhoria significativa para uma parcela da população mergulhada na mais profunda miséria.

A condição de país semicolonial do Brasil o tem colocado numa situação muito contraditória. Está obrigado a drenar uma quantidade de riqueza para os cofres da burguesia imperialista, seja por intermédio do endividamento externo, da especulação do capital estrangeiro com a dívida interna ou com as vultuosas remessas de taxas de lucro das multinacionais. Não é por acaso que as "reformas" do governo resultam em destruição de conquistas sociais e empobrecimento da maioria. Se a concentração de riqueza já era grande, o que permitia a apenas uma pequena camada de brasileiros consumir, com as reformas neoliberais ela será ainda mais drástica.

Esses fatores econômicos e sociais se contrapõem às possibilidades das forças produtivas darem um grande passo à frente. O que quer dizer que a tendência geral do capitalismo é a de desintegração.

Quando dizemos que a classe operária não tem por que se encantar com o otimismo burguês, nos referimos à necessidade de se contrapor a esta desintegração, que resulta em ataques mais ferozes às condições de existência da maioria. Os explorados têm de defender uma plataforma de reivindicações elementares que ao mesmo tempo que pre-

serve a vida de quem produz toda a riqueza permita marchar no sentido de destruir o sistema capitalista de produção.

A defesa do emprego, dos salários e das conquistas sociais deve ser radical, não se limitando aos argumentos do governo e dos capitalistas de que a economia não suporta. Está aí a necessidade de um salário mínimo de 1800,00 reais, reposição de todas as perdas, escala móvel de reajustes, escala móvel das horas de trabalho, terra aos camponeses pobres, moradia, escola e saúde a todos. Tanto os patrões quanto os sindicalistas vendidos (reformistas ou direitistas) logo dirão que isso é impossível. Quando muito falarão em migalhas, como o salário mínimo de 100 dólares (180 reais), que não dá nem mesmo para um peso-a comer.

A resposta proletária é de que se o capitalismo não pode sustentar minimamente os trabalhadores, que lhe servem de escravos modernos, deve ser destruído pela revolução proletária, que o transformará em uma sociedade em que os meios de produção sejam coletivos, socialistas. É justamente esse o problema mais crucial que os explorados têm de enfrentar.

O sistema de exploração do trabalho está historicamente esgotado, sua crise é estrutural e sua desintegração é inevitável. Ainda que possa ter algum momento conjuntural de euforia econômica, não passará de situação efêmera. E mesmo assim o desemprego e o empobrecimento continuarão a açoitar as massas trabalhadoras.

Ato político em Embu-Guaçu contra a corrupção do prefeito, vice e vereadores

No último dia 19/02/2000, cerca de 80 manifestantes participaram de um ato público em Embu-Guaçu, de protesto contra os ganhos exorbitantes de prefeito e vereadores. Uma liminar bloqueou seus bens até que devolvam aos cofres públicos a diferença entre os salários e o que efetivamente receberam. Para se ter uma idéia, o prefeito recebeu em 1999 a soma de R\$ 172.000,08, o vice, 80.086,70, e cada vereador, 26.400,00. Isto num município extremamente carente de recur-

sos, de péssimas condições de moradia, transporte, pavimentação, esgotos etc.

A corrupção em Embu-Guaçu é apenas uma gota d'água na politicagem burguesa nacional. O fato é que o Estado capitalista tem como uma de suas bases a corrupção, justamente para que esteja seguro que essa máquina funcionará sempre em benefício dos capitalistas. A corrupção é um meio para garantir que os políticos atuem em benefício dos que têm dinheiro, do parasitismo financeiro,

das empreiteiras, dos bancos.

A população empobrecida de Embu-Guaçu tem de se mobilizar, como fez contra a lei que instituía o nepotismo na Câmara no ano passado, formar seus comitês de ação popular e exigir que o dinheiro seja devolvido. E mais: formar um Tribunal Popular para julgar os corruptos e construir um Conselho Popular, eleito nas fábricas, bairros, escolas etc., que tenha poder de decisão sobre todos os recursos públicos.

PT X PFL - Deu empate no jogo de quem dá menos

Um dos assuntos que ganhou projeção na imprensa burguesa nos últimos dias foi o empenho do PFL na defesa de uma anti-ga bandeira do PT, que diz respeito ao reajuste do salário mínimo para o equivalente a 100 dólares. O que quer dizer que, dos 136 reais que se arrastam até os dias de hoje, saltaria para a casa dos 180 reais.

Sabemos que o sensacionalismo provocado por essa proposta está estreitamente ligado às intenções eleitoreiras, já que estamos em pleno ano eleitoral. O PFL empunha a bandeira do mínimo de 100 dólares como elemento de barganha nas disputas com os outros partidos da base governista.

É bom lembrar que os 100 dólares não seriam equivalentes nem mesmo aos 136 reais de quando foi instituído. Comprova-se que os partidos da burguesia não empunham bandeiras de fato favoráveis aos explorados.

O PFL cumpre o papel que lhe cabe. Ou seja, manter a até mesmo aprofundar a exploração do capital sobre o trabalho, para com isso garantir e ampliar os privilégios de sua classe, da burguesia. Por outro lado, os oprimidos sentem aumentar o peso do fardo em suas costas que é resultado da crise provocada pelos próprios capitalistas. Já não basta o tormento do desemprego, a quebra de conquistas, perda de benefícios etc. que atinge o conjunto da massa trabalhadora. É preciso convencê-los a renunciar

às expectativas e luta por um salário mínimo real, e se conformar com a farsa proposta.

Diante disso, que conclusões podemos tirar do PT? Trata-se de um partido que o tempo todo procura iludir as massas com seu reformismo. É imensurável a tremenda cara de pau dos traidores dirigentes petistas quando vêm a público reivindicar como sua uma bandeira que na verdade, ao invés de benefício, não passa de mais uma desgraça para a vida das massas. A diferença entre a proposta dos dirigentes reformistas e a do PFL está apenas no valor do mínimo miserável: 100 ou 150 dólares?

Ao que tudo indica, o problema está apenas aí. Aluísio Mercadante (PT) já anunciou a possibilidade de estabelecer uma pauta de propostas sociais a serem defendidas juntamente com o o direitista PFL no parlamento. O PT afirma que utilizará a divisão dos partidos governistas em benefício da população. Mas a verdade é que se colocará à reboque o partido mais oligárquico e pró-imperialista, ajudando-o objetivamente nos seus conflitos com os outros partidos do governo.

Por que os dirigentes das organizações de massa (CUT, sindicatos) não defendem o salário mínimo real, que hoje estaria perto dos 1900 reais? Porque, segundo eles, a economia capitalista brasileira não suportaria esse salário e quebraria. Ora, afinal de

contas, está aí o conteúdo do reformismo: defesa do atual sistema de exploração do trabalho, ainda que isso signifique a miséria generalizada das massas.

Nosso jornal não se cansa de criticar a tendência colaboracionista do PT e da burocracia cutista, que segue sua orientação, sobre as bandeiras e métodos de lutas adotadas. Negam o tempo todo as bandeiras e os métodos próprios de luta da classe operária que são os métodos da ação direta. Procuram sempre amordaçar os anseios e iniciativas das massas e conseqüentemente abrindo caminho para que se apliquem os interesses capitalista e imperialista.

Fatos como esse devem servir para demonstrar que os propósitos reformistas, longe de se confrontar com os da burguesia, se completam.

Quanto aos operários e demais explorados não resta outra saída a não ser se levantarem numa luta unitária, passando por cima do reformismo e da burocracia traidora e acirrar a luta:

Por um salário mínimo vital de 1800,00.

Contra o desemprego.

Pela escala móvel de trabalho e de salário.

Pela formação da frente única antiimperialista e anticapitalista.

O caminho para se atingir isso: ação direta e independência de classe.

PCO faz propaganda caluniosa com material de quem chama falsificador

Os militantes estudantis do PCO (Partido da Causa Operária) têm reproduzido e divulgado artigos da LBI (Liga Bolchevique Internacionalista) contendo acusações caluniosas contra militantes do POR. Já respondemos tais acusações em outros números do Massas. Não é de espantar ninguém que o PCO recorra ao método da difamação para tentar alcançar seus objetivos. Já declaram diversas vezes publicamente que estão dispostos a utilizar todos os métodos possíveis para chegar a seus objetivos, pagando o velho estalinismo. É o caminho para se esquivar do debate político e obscurer suas posições democratistas completamente adaptadas à democracia burguesa e ao seguidismo eleitoral ao reformismo (chamam a votar em Lula por um governo dos trabalhadores). Orgulham-se de recor-

rer a intervenção da Justiça burguesa nas organizações de massa e de praticar os métodos próprios do gangsterismo sindical em defesa de interesses aparelhísticos (vide Sindicato dos Frios, agressões a militantes da LBI ou atuação na USP e PUC).

Chamamos a atenção para o fato do grupo altimirista se utilizar de material de uma corrente que eles mesmos caracterizam como falsificadora (argumento que utilizaram para "justificar" a agressão feita a um militante da LBI) para sua campanha baixa.

O movimento operário criou a sua própria democracia, distinta da burguesa. Os estudantes em movimento a aplicam como democracia estudantil, baseada em princípios como a soberania das assembléias, liberdade de manifestação e expressão, direito de divergência etc. Um desses princípios é que,

diferentemente da democracia burguesa, que se apóia na divisão de poderes (executivo, legislativo, judiciário), a aplicação da democracia operária estabelece a concentração de poderes na assembléia e nos organismos de luta. São as assembléias que legislam, julgam e aplicam soberanamente suas deliberações. O argumento pueril do PCO de que como não há justiça socialista, então eles recorrem à justiça burguesa é parte de sua política democratista pequeno burguesa. A justiça do movimento existe e deve ser aplicada. As graves violações de conduta são apuradas e julgadas pelas assembléias. É isso que o movimento deve fazer com os plagiadores de calúnias. De nossa parte, não mantemos nenhum tipo de relação com esse agrupamento. Qualquer relação política está submetida à conduta concreta.

Guarulhos

Cidade dos “coronéis”

O município, de 1,2 milhão de habitantes, sofre com os desmandos políticos das famílias burguesas, que além de explorar os assalariados da região, ainda metem a mão no dinheiro público e realizam um sem-número de negócios escusos. Tem de conviver com o descabro de um De Carlos, a demagogia de um Thomeu, a passividade de um Papotto e com a rapinagem de um Nefi Tales. São os prefeitos que passaram por esse município, eleitos pela população sofrida, que agora ainda tem de agüentar o marionete Jovino.

Pior ainda acontece com a Câmara dos Vereadores, dos 21 apenas 2 não foram acusados de corrupção. No final do ano passado, foram presos os vereadores Waldomiro Ramos, Osvaldo Celeste, Fausto Martello, este último membro de uma das famílias mais ricas da cidade.

Para cassar os vereadores é preciso ter no mínimo 14 votos dos 21. Mas como há 19 acusados e as CPIs nunca dão em nada, logo os malandros voltam ao cenário político como se nada tivesse acontecido. Para o bom funcionamento do Estado burguês em benefício dos capitalistas, o judiciário, polícia etc. dão toda a cobertura às falcaturas capitalistas.

Os reformistas do PT e aliados ficam implorando as CPIs, mesmo sa-

bendo que não dão em nada, apenas servem à promoção eleitoral, deixando de lado a luta direta e o necessário combate ao sistema capitalista apodrecido.

Os guarulhenses precisam assumir a punição da burguesia em suas próprias mãos: construir seus tribunais populares para julgar e punir de verdade os capitalistas e os políticos burgueses.

Guarulhos, terra de ninguém

Os problemas da cidade não são segredo nem exceção: falta de moradia, transporte coletivo, escola, saúde, trabalho e saneamento básico. Mas tudo isso é pior e em maior proporção, pela superpopulação.

Em relação à moradia, a cidade tem mais de 300 favelas e nenhum plano para construção de moradia popular.

O transporte coletivo é um caos, pois várias empresas se fundiram e restaram apenas 3: Guarulhos, Transguarulhense e Canarinho. Com essas fusões, houve desemprego e danos aos usuários, o transporte alternativo sofre uma perseguição selvagem de funcionários da Prefeitura para preservar os lucros das 3 empresas.

Educação: nas escolas faltam vagas para todas as séries do ensino fundamental e médio. Várias escolas têm dire-

tores truculentos, que tratam a escola como um quartel. Com a estória do governo de criar o chamado “amigo da escola”, aumenta a exploração do trabalho voluntário e faltam funcionários de escola. Os professores não conseguem salas e quando conseguem as condições de trabalho são péssimas.

Saúde: o município fechou vários hospitais sem se preocupar com o aumento populacional. Faltam 40% de funcionários da saúde, as instalações hospitalares são péssimas e o transporte de doentes é precário.

Trabalho: a cidade perdeu várias fábricas como Siemens, Alcoa, SKF, Philips, Sadokin, Inal, Olivetti, e outras. Está se transformando em uma cidade dormitório e aumenta seu exército de desempregados.

Saneamento: falta água, a rede de esgoto é insuficiente, há bairros inteiros sem asfalto e cobra-se abusivamente água e energia elétrica.

O terceiro município em arrecadação de São Paulo é submetido a tudo isso em benefício da exploração capitalista.

Só resta aos guarulhenses a luta direta e a organização dos comitês populares para defender seus direitos elementares de sobrevivência, ameaçados pelo capitalismo, um sistema que mostra-se incapaz de sustentar seus próprios escravos.

 Educação

Funcionário de Escola/SP

Diretoria da AFUSE desmarca Assembléia

Na Segunda semana de fevereiro, os diretores regionais receberam um fax que convocava para o dia 12 pressionar os deputados na Assembléia Legislativa e a uma reunião do Conselho Estadual, com uma observação para que fosse repassado rapidamente para os conselheiros regionais pois o tempo era curto.

Esta resolução da diretoria acabou por desmarcar a assembléia que deveria ser realizada em fevereiro amplamente convocada (esta foi a decisão da assembléia realizada em novembro de 1999).

Como desculpa para a não convocação da Assembléia a diretoria afirmou

que o mês de fevereiro é muito curto (“só tem 28 dias”) e que, ainda segundo a diretoria, “janeiro foi mês de férias e receso escolar”, esquecendo que a categoria foi obrigada a trabalhar extraordinariamente durante todo o mês de janeiro: recuperação de férias, digitação das salas na PRODESP, posse dos professores concursados etc.

Isto demonstra o quanto a diretoria procura impedir qualquer mobilização de classe, quando desmarca a Assembléia Geral com desculpas esfarrapadas, para priorizar as negociações com o governo (dizem que abriram “negociações

junto com as entidades da educação” e que esperam “uma resposta positiva até meados de março”, isto para reivindicações já rebaixadas que não foram aprovadas pela classe) e as pressões parlamentares.

Diante desta atitude da burocracia em desmarcar a Assembléia, a Corrente Proletária exigiu a convocação desta por ser uma decisão tomada pela base, e pela necessidade de mobilizar a categoria frente ao arrocho salarial de 5 anos, às mudanças da previdência e às péssimas condições de trabalho.

Milhares de demitidos, superlotação de salas, falta de vagas: Continua a reforma do governo/Banco Mundial

Como já dizíamos, o governo, para impor a totalidade da "reforma" educacional precisa reduzir ao máximo o número de professores. A cada ano, são expulsos da rede estadual uma grande quantidade de educadores. Isso por que o objetivo central da "reforma" é limitar ao máximo o número de escolas mantidas pelo Estado. Assim, são usadas diferentes medidas para atingir tal finalidade, que, no fundo, não é senão a privatização do ensino público.

O Brasil segue a orientação educacional traçada pelo Banco Mundial/ FMI. Orientação que vem sendo aplicada nos países capitalistas atrasados, a exemplo dos da América Latina, Ásia e África. As diretrizes centrais foram determinadas na Conferência Mundial da Educação, patrocinada por esses organismos internacionais, em 1990. Agora, há poucos dias, depois de dez anos (meta estabelecida aos governos), houve a reunião desses países (convocada pelo BIRD, Unesco etc) com o intuito de forçá-los a cumprir a totalidade das medidas privatistas para a educação.

Certamente, o Brasil terá de, em pouco tempo, acabar com as Universidades públicas, a exemplo do que ocorre com o México. E implantar a reforma do ensino médio, entregando parte das horas curriculares para ser explorada em parceria com a iniciativa privada. A cada passo da reforma, escolas são fechadas, professores demitidos e mecanismos de precarização do trabalho são criados, como ocorre já com as "frentes de trabalho" e com a farsa dos projetos governamentais em conluio com a rede Globo, a exemplo de "Amigos da Escola" etc.

A municipalização e o desemprego

O governo de São Paulo é um dos campeões na implantação da reforma de FHC/Banco Mundial. Até agosto de 1999, 494 municípios já tinham assumido parte do ensino fundamental ou todo esse nível de ensino. Usando do mecanismo do Fundef, Covas transferiu para a responsabilidade dos prefeitos boa parte dos alunos da rede estadual. Hoje, só por volta de 60% do ensino fundamental é mantido pelo Estado. A rede municipal quase triplicou e o privado chegou a atingir a 12% dessas matrículas.

As consequências têm sido perversas. Os prefeitos contratam professores com salários mais baixos (usam para isso o valor

estipulado pelo Fundef de 315 reais) e aboliram todas as conquistas do magistério. Boa parte usa o regime da CLT, apostando inclusive nas novas mudanças que instituem o fim do fundo de garantia, criam os contratos temporários sem carteira assinada etc.

Dessa forma, os professores estaduais estão peregrinando em busca de trabalho. As atribuições de aulas em São Paulo, cidade que ainda não foi municipalizada, atestam isso. Ônibus fretados do interior com professores estavam na capital disputando as poucas aulas disponíveis. A municipalização cumpre a meta determinada pela política governamental de demitir e reduzir os recursos destinados à educação.

Reforma do Ensino Médio - mais desemprego

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) pressiona FHC e o Ministro da Educação Paulo Renato para apressar a reforma do ensino médio. Por sua vez, eles pressionam os governadores a entregarem seus "projetos" de implantação da reforma desse nível de ensino. Nessa semana, 5 Estados (São Paulo, Goiás, Pernambuco, Bahia e Ceará) detalharam os seus planos para receber as verbas do BID e, assim, dar início à reforma do ensino médio.

O próprio Ministério da Educação diz que os planos devem estar centrados na reorganização da rede escolar, que pode "significar fusão de turmas". Diz: "a meta é acabar com as escolas onde estudam crianças e adolescentes, separando fisicamente o ensino fundamental do médio...".

A experiência de São Paulo com a chamada reorganização da rede em 1995 ainda está viva entre os professores e alunos. Nessa ocasião, foram fechadas mais de 100 escolas, num total de 8 mil salas de aulas. A criação de escolas só de 1 a 4 séries trouxe a extinção dos cursos noturnos nessas unidades escolares. Com isso, foram 40 mil demissões. A criação de escolas com somente o ensino médio provocará fechamento de turnos (aqueles que não têm demanda para esse nível de ensino) e, conseqüentemente, mais desemprego.

Não podemos esquecer que 25% da grade curricular serão destinados à parte diversificada, que estarão sendo entregues às parcerias. No fundo, um primeiro passo da privatização do ensino médio. Com somente 75%, várias disciplinas serão elimi-

nadas ou terão o seu número de aula semanal reduzido. O resultado só pode ser mais demissão e o Estado cada vez menos responsável pela manutenção desse grau de ensino.

Tele-ensino: mecanismo de demissão

O consultor do BIRD (Banco Mundial), Cláudio Moura Castro, na área da educação diz que "o uso da TV em substituição à aula tradicional não é uma solução de pobre, é uma solução para todo mundo". Ou seja, é necessário acabar com o professor por disciplina e criar os "monitores" para controlar a TV e tirar dúvidas dos alunos. No lugar de 7 professores, uma sala só necessita de um. De fato, é a solução para a quase totalidade dos países do mundo para que estes possam continuar pagando as dívidas que assumiram com o Banco Mundial. Essa é a essência da reforma educacional: privatiza e demite para reduzir os gastos com a educação pública e o Estado ter condições de cumprir com os acordos estabelecidos com a dívida externa.

Um dos aspectos da reforma do ensino médio é criar o tele-ensino. No nordeste, os governos usam a lei que determina a formação dos professores (licenciatura plena na disciplina) para impor o tele-ensino. Dizem que não há professores capacitados e por isso é preciso dos telecursos para atender à demanda de alunos. Na verdade, tudo não passa de armadilha. O governo, ao invés de oferecer as condições para que os professores possam terminar a Universidade, faz um convênio com a Fundação Roberto Marinho para viabilizar o tele-ensino e poupar gastos, já que o ensino é de "responsabilidade" do Estado. Com isso, Pernambuco, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte substituirão os professores pela TV. Em São Paulo, o telecurso 2000 (Globo) vem sendo imposto nas escolas públicas. Quem ganhará é a Fundação Roberto Marinho.

Todas essas medidas educacionais que vêm sendo aplicadas no país fazem parte do conjunto da reforma neoliberal adotada por FHC. Não é por acaso que privatiza as empresas estatais, abre totalmente o mercado nacional às multinacionais, vende os bancos, a telefonia, enfim todos os ramos-chaves da economia. A reforma educacional é parte disso. Os resultados são os mesmos: demissão de trabalhadores, precarização do trabalho, fim das conqui-

tas sociais, privatização dos serviços públicos e estatais etc. Sem dizer que o país como um todo empobreceu, basta que verifiquemos a participação do Brasil no comércio mundial, o aumento da concentração de pobreza e os milhões de desempregados. Os trabalhadores têm de responder a esse duro ataque desfechado sobre seus ombros.

Diretoria da Apeoesp se cala diante do desemprego e das medidas privatistas do ensino

Enquanto os professores perambulam atrás de aulas, a diretoria lança os boletins dizendo que "conseguiu convencer a Secretária da Educação para que houvesse uma atribuição mais justa". Não denunciou o fechamento de salas, a falta de aulas, a superlotação de salas etc. Ao contrário, divulgou nota pedindo aos professores "que se sentissem prejudicados que entrassem com recurso". Ou seja, não convocou as-

sembléia para organizar o professorado (empregados e desempregados) para resistir, logo nos primeiros dias letivos, ao desemprego e às péssimas condições impostas aos professores empregados. Preferiu manter a classe dividida e auxiliar o governo na distribuição das miseráveis aulas disponíveis. Não é por acaso que o governo acatou tudo que a diretoria disse, pois sabia de antemão que milhares de ACTs não seriam recontratados, pois não há aulas.

As subseções da Apeoesp, dirigidas pela Oposição (Lapa, Mauá, Cotia), tiveram de enfrentar de um lado o governo truculento com as demissões e de outro a diretoria vendida. Mesmo assim, foram realizadas reuniões com os desempregados, agitação nos locais de atribuição de aulas e panfletagens denunciando a política governamental e a conduta da diretoria. Porém, enfrentamos um obstáculo concreto que é o imobilismo implantado no professorado pela diretoria reformista, vinculada

ao PT e ao PCdoB. Mesmo descontente, uma parte dos professores receia ir à luta porque não confia nessa direção traidora de greves passadas. Reverter essa situação é essencial para pôr a classe em movimento contra a política destruidora da escola pública.

Convocar assembléia para lutar por:

Abertura de escolas, Abertura de salas fechadas, redução do número de alunos por sala, redução da jornada dos professores (sem redução do salário), reajuste salarial imediato, emprego a todos, defesa das conquistas do magistério (previdência pública a todos), fim da precarização do trabalho, fim do tele-ensino

Organização dos trabalhadores em educação para resistir com os métodos de ação direta contra a reforma privatista de FHC/Banco Mundial.

Rondônia

Em defesa da unificação da luta de todos os explorados

Publicamos abaixo trecho de boletim da Corrente Proletária na Educação de Rondônia. Em Rondônia, o governo José Bianco (PFL), cumprindo fielmente as políticas ditadas pelos países imperialistas, alega que está tomando medidas que estão aquém das exigências legais - Lei Camata (investimento de 60% do orçamento do Estado), pois está despendendo ainda 70% e demite mais de dez mil servidores, dos quais, cerca de seis mil e quinhentos são professores. Eis aí a farsa da legislação, quando fala de investimento no ensino fundamental. Estas práticas comprovam a destruição do ensino em todos os níveis e para que e a quem servem as leis burguesas.

O governo Bianco subestima a capacidade intelectual dos trabalhadores, até porque ele próprio afirma que os meios de comunicação estão exagerando, que está demitindo em tonto de 6, 7, 8 mil servidores, como se fosse um número insignificante, causando grande prejuízo à saúde e educação pública e acrescenta: "Quero novamente deixar a população tranqüila e dizer que os serviços do estado estão sendo prestados da mesma forma como vinham sendo prestados" (*Diário da Amazônia*, 24/01/00). Impossí-

vel: com o desfalque de mais de 5 mil servidores, pois os demais que continuam sendo explorados com salário de miséria e sobrecarga de trabalho, jamais conseguirão dar conta de tais serviços em quantidade e qualidade igual a antes que já não era edequado às necessidades da população rondoniense.

A Corrente Proletária da Educação rechaça o crescente desemprego implementado nos serviços públicos e privado defendendo o emprego para todos que queiram trabalhar, defende também a unificação da luta dos servidores da educação a nível estadual, municipal e federal e demais servidores públicos como condição para unificar a luta de todos os explorados, como forma de organização de uma frente única antiimperialista e anticapitalista, através da organização de todos os explorados, vinculando a luta pela conquista das necessidades vitais imediatas (emprego, assistência à saúde, educação e moradia para todos etc.) à luta pela destruição definitiva do capitalismo e construção da ditadura do Proletariado (Sociedade Socialista) - fase de transição para a sociedade sem classe - a Sociedade Comunista.

A Corrente Proletária da educação rechaça ainda a prática das lideranças reformistas dos sindicatos, que reforçam as ilusões distracionistas eleitoreiras que só retardam a formação política revolucionária dos trabalhadores e isolam os movimentos, enfraquecendo a luta dos trabalhadores e a prática dos métodos de ação direta das massas (ocupações, bloqueios, saques, manifestações de rua etc.). Lutemos ainda:

1 - Pelo salário mínimo vital de R\$ 1.800,00;

2 - Por emprego para todos e implantação da escala móvel de salário e trabalho, reduzindo a jornada de trabalho sem redução de salários;

3 - Pela atualização de salários atrasados, inclusive do ano de 1998;

4 - Pela readmissão imediata de todos os funcionários demitidos pelo governo Bianco;

5 - Pela expropriação da rede privada de ensino e pela escola pública, laica e enraizada na produção social, como forma de garantir o acesso ao conhecimento científico;

6 - Pela expropriação dos latifúndios sem indenização e distribuição de terras aos camponeses pobres;

7 - Pela expropriação dos bancos, indústrias e grandes empresas, sendo colocadas sob o controle dos trabalhadores;

8 - Contra a destruição da região Amazônica pela burguesia internacional em parceria com a nacional;

9 - Pela democracia operária: ampla divulgação dos eventos da categoria em todas as escolas, boletins e meios de comunicação, para que todos possam participar da seleção para delegados; ampla participação das correntes minoritárias

nos eventos com direitos iguais de intervenção; formação política da categoria com amplo acesso às teses das correntes minoritárias que circulam no movimento; prestação de contas das receitas e despesas do SINTERO em assembleias e congressos e/ou encontros de formação política, para serem apreciados e aprovados pela base;

10 - Pelo fim da terceirização de serviços em instituições públicas;

11 - Pelo fim dos contratos temporários de trabalho; Pela unificação da luta

de todos os explorados;

12 - Pela suspensão imediata do processo contra Francisca, diretora do sindicato dos professores do Rio Grande do Norte, Regional de Ceará Mirim, aberto pela diretora da Escola Celso Cicco; Pela construção dos Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia. Os seus tribunais jamais lhes condenarão pelos seus próprios crimes;

13 - Pelo governo operário-camponês - Ditadura do Proletariado (Sociedade Socialista).

LBI

Os matreiros não aprendem com as polêmicas

A LBI voltou a bater na mesma tecla de que o POR não tem um política militar marxista e que por isso capitula diante dos militares nacionalistas. Basta que se leia atentamente os artigos sobre a crise militar (destituição do comandante das Forças Aéreas) no governo FHC, a posição frente aos acontecimentos recentes no Equador, a defesa da greve da polícia que se estendeu por todo país e documentos programáticos para se ver que os redatores da LBI lêem de ponta cabeça.

Frente ao POR boliviano, não se envergonham justamente de tomar uma passagem sobre a Assembleia Popular de 1971 em que Guillermo Lora aponta crítica e autocriticamente o fato desta ter aprovado exigir do governo Torres armas para enfrentar o golpe fascista que estava em andamento. A passagem citada, mesmo fora do contexto, não deixa dúvida do reconhecimento do POR de que o governo nacionalista se aliaria com os militares contrários ao armamento das massas, uma vez que o Estado capitalista está em risco perante a revolução.

Pior ainda é deduzir que é nacionalismo ou capitulação diante dos militares a orientação de que os explorados se armarem com os arsenais que estão nos quartéis e que o partido tudo fará para trazer para o campo da revolução parte do exército e da polícia. Os bolcheviques estimularam os soviets (conselhos) de soldados e marinheiros e estes foram importantes para a revolução desde o momento em que se colocaram sob a direção do partido de Lenin e Trotsky. Os operários se armaram com arsenais dos quartéis e também im-

provisaram armas como puderam. Por que será que os bolcheviques tanto empenho puseram nas bandeiras democráticas voltadas para as tropas? Porque é decisivo ganhar para a revolução parte do exército que rompe com o poder da burguesia e se coloca sob o comando do Estado Maior da revolução, constituído pelos conselhos e pelo partido marxista.

Não se trata de fazer da fração do exército que se aproxima da revolução uma aliada, mas sim colocá-la sob a direção do Estado Maior da revolução. Quer dizer, da política proletária voltada a destruir o poder burguês, do qual o exército e a polícia são partes essenciais. A estória de aliança com o exército é invenção da LBI.

A puerilidade dos nossos adversários vai mais longe ao tomar uma passagem do "Aonde vai a França", de Trotsky, para se contrapor à idéia de que o proletariado se apossará dos arsenais do exército. Trotsky está em luta contra o estalinismo que se nega formar as milícias contra os bandos armados fascistas. Um dos argumentos contrários às milícias vinha da pergunta onde arrumar armas. Os estalinistas procuravam mostrar que os operários não poderiam enfrentar os canhões do exército com armas obsoletas. Trotsky explica que os bandos fascistas não usavam armas do exército e que poderiam ser inclusive desarmados, de onde viriam também armas para as milícias, e os sindicatos também poderiam se armar.

A passagem citada pela LBI, que está na página 50 do livro "Aonde vai a França", é parte desta discussão. Trata-se de um momento em que Trotsky mostra que

 Polêmica

os operários produzem armamentos na fábrica e, ao mesmo tempo, servem o exército onde estão os arsenais ("defende esses arsenais contra si mesmos"). Tanto na condição de soldados do exército quanto produtores de armamentos nas fábricas podem se apossar das armas. O problema está em criar as condições para isso.

Ora, essas colocações não conflitam em nada quanto à idéia de que as armas estão nos arsenais. A LBI quer criar uma falsa suposição de que nenhuma parcela da oficialidade poderia ser arrastada para a revolução e a outra é de que apoiáramos nossa política militar na oficialidade. Isso é pura invenção confusionista. Pior ainda: quer convencer seus militantes e leitores que defendemos a integridade do exército (daí a idéia de aliado) e ela LBI, sim, defende sua destruição. Mais uma invenção.

Finalizemos com a acusação do apoio à greve da polícia. Os sectários da LBI não podem ver que eles estiveram do lado do governo, da polícia especial e do exército que reprimiram a greve, inclusive assassinando um dos policiais em Minas Gerais. Para se destruir o exército, não basta defender bandeiras democráticas como o de se reunirem em assembleia, sindicalizarem-se, fazerem greve. É preciso apoiar as greves quando estas estão contra a política de arrocho e opressão do Estado burguês. Os sabichões da LBI não podem entender isso e falam qualquer coisa contra o POR. Mostram que não aprendem nada com as polêmicas e com a realidade dos fatos, aos quais também pertencem a conduta política das correntes.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160.

Como Funciona a Célula Organização da Célula

Geralmente é um militante antigo, às vezes um organizador especializado, quem define os militantes de uma fábrica ou local de trabalho e que consegue organizá-los em célula. Como elemento politizado e com experiência, começará dirigindo o grupo (às vezes ocorre que se cometa a ficção de nomear um militante audaz como dirigente, ainda que, na prática, quem a dirige realmente é o elemento mais antigo) e se encarregará outro para distribuir a propagandas e recolher as contribuições e o pagamento dos materiais. Esta direção da célula, imposta mais ou menos de cima para baixo, terá uma curta duração, pois assim que a nova organização comece a marchar e os militantes adquiram alguma prática em sua atividade diária esta elegerá mediante o voto outra direção.

Dentro da concepção bolchevique, militante é o que está de acordo com o programa, trabalha no seio de uma célula e cotiza normalmente segundo seu salário, além de ler e distribuir a propaganda do partido. É na célula onde se efetivam esses requisitos imprescindíveis.

Freqüentemente, o que ocorre de forma negativa para o partido, é que se chama com o nome de célula de militantes a um grupo formado por simpatizantes ou grupos de amigos ocasionais e que estão longe de cumprir os requisitos assinalados acima, que são imprescindíveis e primários para definir os militantes e para diferenciá-los dos simpatizantes. Uma das conseqüências imediatas deste erro consiste num trabalho imperfeito, negligente e indisciplinado. Começa-se a contemporizar com as faltas cometidas e há uma inclinação a não exigir muito de elementos que recém se definiram a incorporar no Partido e que não sabem com precisão o que é o que se busca e que métodos se

utiliza. Procura-se não dar a estes muitas tarefas, e nem lhes impõe um rigoroso cumprimento das resoluções, tudo isto para não quebrá-los prematuramente. Desta forma, o Partido se transforma num organismo inoperante.

A célula de militantes deve observar, desde seu nascimento: a) uma férrea disciplina (disciplina que está baseada na profunda convicção política e na necessidade de cumprir sem demora e em toda sua plenitude as resoluções adotadas depois de uma ampla discussão), b) as minorias e os elementos discrepantes devem se submeter disciplinadamente às decisões majoritárias, c) cada membro deve cotizar regularmente. Se os militantes das células não podem suportar este tratamento, quer dizer que esta célula foi organizada muito prematuramente, antes da devida preparação dos elementos que a formam.

Outro erro que se comete constantemente é fornecer em doses homeopáticas, para as novas células, as informações que tem relação com a vida interna do partido, com seus problemas vitais (às vezes não se passam os boletins internos ou os fragmentam, tudo isto para que estas ignorem as ásperas discussões). Se as células é que têm de decidir as questões organizativas e políticas, é claro que devem conhecer em detalhes os problemas que se referem ao Partido e devem ser discutidos atentamente. A discussão interna, inclusive a revisão das discussões anteriores, é uma valiosa escola para conseguir a formação dos militantes. Excetuando as questões conspirativas, cujo conhecimento está reservado a grupos especializados e aos militantes que devem executá-las, não pode haver mais nada sem o conhecimento das células. Por outro lado, os militantes têm de aprender que não existe um partido político sem problemas e dificuldades internas e para nós a democracia interna está longe de ser só um enunciado para expor-

tação, que na vida diária sabemos cumpri-la e suportar suas conseqüências. Constitui um ponto a parte o fato de que cabe à direção da célula dirigir e sistematizar o estudo e discussão dos boletins (exposição esquemática de seu conteúdo com relação a toda a disputa, por exemplo), documentos e demais propostas que têm relação com a vida interna do partido e com os problemas políticos em debate.

A célula se vincula com a direção imediatamente superior através de sua direção e é proibido informar-se sobre o nome ou ligações com os dirigentes e com os militantes de outras células. A coordenação do trabalho se realiza pelo canal da direção superior.

Quando em uma fábrica, universidade, bairro etc. existem muitas células, estas constituirão uma direção que coordenará e planificará o trabalho. Se constituirão direções setoriais quando o trabalho celular se ampliar.

A célula ou a direção setorial podem produzir, com autorização da direção superior e sob sua vigilância, propaganda destinada a facilitar o trabalho no setor.

Se em uma fábrica há somente um militante, este deve ser incluído provisoriamente em outra célula de fábrica que funcione mais próxima e esta dará toda cooperação para que se ponha em pé, no menor prazo possível, uma célula desta fábrica.

Obrigatoriamente os militantes adotarão nomes de guerra, guardarão reservadamente seu endereço e os trabalhos partidários que realizam, além de adotar todas as medidas de segurança necessárias.

Para a distribuição da propaganda e de documentos do partido é preferível o uso de ônibus e preferencialmente se deve evitar a distribuição dos materiais nas reuniões partidárias, principalmente nas que se realizam juntamente com os contatos.

México

Estudantes do Brasil realizam ato na embaixada do México em defesa da liberdade incondicional dos estudantes presos na UNAM

Na Sexta-feira, 11 de Fevereiro de 2000, foi realizado um ato na embaixada do México por estudantes da USP, Unicamp, PUC-SP, funcionários da USP dentre outros de instituições de ensino superior e médio. O ato pautava pela exigência da imediata libertação dos estudantes presos na Unam (Universidade Nacional Autónoma do México), depois de nove meses de uma greve heróica contra a cobrança de anuidades impostas pelo governo federal. A polícia federal invadiu o campus da universidade e prendeu aproximadamente 1000 estudantes, acusando-os de terrorismo, traição, insurreição, e depredação do patrimônio público, aquelas clássicas acusações que a burguesia lança sobre os que lutam contra a espoliação capitalista.

O ato contou com a participação de

aproximadamente 60 pessoas, fechando a rua Holanda. Uma comissão entrou na embaixada, e entregou vários abaixo-assinados exigindo a libertação incondicional e imediata dos estudantes detidos no México.

O embaixador informou que os estudantes permaneciam presos, só que as acusações de terrorismo, insurreição e traição haviam sido retiradas, restando a de depredação de patrimônio público, e, claro, defendeu a linha política do governo do México.

O presidente da UNE e a presidente da UBES estiveram de corpos presentes, bem como a UJS; fizeram intervenções sofríveis politicamente, inclusive quando o presidente da UNE discursava, foi criticado por um participante do ato sobre o preço exorbitante das carteirinhas da UNE, o que ficou sem resposta.

O demagogo dirigente ainda aprontou mais uma, defendeu em seu discurso o fechamento da avenida 9 de Julho, mas, no momento de efetivamente fazê-lo, debandou com sua tropa para algum lugar, que não foi a avenida citada.

Mas referente à greve dos estudantes da UNAM, tira-se uma lição muito importante, que é o preço que se paga por uma greve sem o apoio de outros setores dos oprimidos, como os operários e os camponeses, mostrando que os estudantes sozinhos não conseguirão barrar as reformas que visam a destruir a educação em todos os níveis, em específico o superior, e nos mostra outra lição, a da importância da organização internacional dos estudantes numa aliança com os operários e camponeses para enfrentar a destruição, também internacional, da educação.

Alemanha

Corrupção é parte constitutiva do Estado burguês

A União Democrata Cristã (CDU) governou a Alemanha de 1982 a 1998, sob a direção do ex-chanceler Helmut Kohl. Em fins de janeiro, veio à tona o escândalo de financiamento da CDU por grupos empresariais. Helmut Kohl recebeu 1 milhão de dólares não declarados.

O considerado maior estadista da Europa pelos porta-vozes da burguesia mostrou como é que funciona a democracia burguesa. Os partidos são mantidos legal ou ilegalmente pelos monopólios. A contribuição secreta revelada foi motivo de estupefação, condenação moral e processo legislativo. Entretanto, somente os desinformados sobre a política burguesa poderiam se surpreender.

Os partidos não podem funcionar sem o dinheiro dos capitalistas. A legislação que regulamenta as doações têm a função de dar uma aparência de moralidade, de independência dos partidos e de neutralidade classista. Isso é importante para que os partidos burgueses compareçam perante as massas como representantes de toda população. Para os políticos da burguesia, é preciso ganhar

a confiança da classe operária para a idéia de que não são serviçais do capital (dos exploradores). Assim, criam uma legislação que legaliza o financiamento partidário.

Nas disputas eleitorais, a concorrência entre eles os obriga a gastar excessivamente. Recorrem, então, aos financiadores secretos. Por outro lado, os grandes capitalistas, cientes da importância de ter os políticos em suas mãos, reservam milhões para comprá-los. Sabem que através do Estado, dos partidos e dos políticos individualmente colocados em postos estratégicos correm fabulosas transações econômico-financeiras.

Há uma interdependência entre os interesses de determinados grupos capitalistas e os interesses políticos dos partidos que querem dirigir o Estado ou ampliar sua influência sobre ele. A compra de partidos corresponde aos negócios burgueses. E tais negócios não se limitam à concorrência intercapitalista. Ou melhor, no fundamental, voltam-se à exploração dos assalariados e ao domínio político sobre eles. Estendem a cor-

rupção para o interior dos sindicatos, formam as burocracias trabalhistas e constituem uma camada pequena de aristocracia operária, cuja função é a de servir de anteparo à luta das massas. A enorme estatização dos sindicatos alemães espelha a ação corruptora do Estado e de seus partidos.

A denúncia do escândalo da CDU e a demagogia moralizante da Social Democracia e mesmo de parte de políticos da própria CDU representam choques no interior do poder burguês alemão. O proletariado não deve se deixar levar por esse jogo. Deve compreender que se trata da falência da democracia burguesa e do apodrecimento de todos os partidos que a compõem.

A tarefa histórica é a de derrubar o poder burguês através da revolução social e estabelecer a ditadura do proletariado. Sem dúvida, os trabalhadores alemães, que têm importantes conquistas históricas, mas manchadas por inúmeras traições da velha social-democracia e do estalinismo, terão de construir o Partido marxista, leninista, trotskista.

Chile:

Nossa Responsabilidade Histórica

A América Latina se soma a uma profunda crise comum ao capitalismo mundial.

Um verdadeiro cataclisma econômico sacode as forças produtivas em nossa região para permitir a sobrevivência da ordem burguesa. Sublinhando este fato, podemos dizer que atravessamos uma crise tão profunda como a dos inícios dos anos oitenta.

As crises de 80 significaram em seu momento o começo do atrevimento das ditaduras militares no Cone Sul tanto no Chile, no Uruguai, na Argentina, na Bolívia e em outros países da região, que vieram como regimes autocráticos impostos para parar a ofensiva das massas durante os anos 70, mas estas chegaram a sua hora final. Para que chegassem ao final foi determinante a descomunal luta de massas na qual se formou uma boa parte da camada de ativistas e militantes, que até nossos dias dá corpo ao que poderíamos chamar de vanguarda de esquerda (ou haveríamos de dizer ex-vanguarda).

A década de 80 constituiu um a escola fabulosa para os revolucionários, quem, logo depois das derrotas dos 70 viram como as massas voltavam a retomar a iniciativa ante a gigantesca ofensiva patronal. Sem dúvida, a crise do estalinismo (Perestroika e a queda do Muro de Berlim) e a bancarrota de toda forma de nacionalismo burguês assentaram as bases para que esta vanguarda se formasse no cretinismo democrático, desvendando desta forma da idéia da Revolução Socialista, que em nosso país mobilizou a gerações desde o come-

ço do século.

Este fenômeno conduzido e estimulado pelo imperialismo possibilitou que se propiciasse uma nova derrota política para as massas, que diferentemente das derrotas dos 70, não foi feita com fuzis: foi feita com uma montanha de votos. Esta derrota na consciência das massas, em apagar dela toda a idéia de Revolução, terminou por liquidar todas as organizações de Esquerda com alguma relevância nas massas (basicamente o PC e o PS), transformando-as de frente-populistas em abertamente burguesas.

Desta forma, ao mesmo tempo que houve uma massiva penetração do capital imperialista, houve também uma virtual absorção/desaparecimento da burguesia nacional, ocasionando uma homogeneidade e estabilidade política sem precedentes no Chile e no Cone Sul. Mas, nas fileiras do movimento operário reina a desorganização, a despolitização, e as concepções da classe inimiga, de modo que, apesar de se travarem lutas enormes e heróicas, estas terminam sem deixar rastro.

Nestas eleições de verão, é mais provável que emerja Lagos como presidente, são a expressão política do terremoto econômico que sacode os trabalhadores de nosso país. O próximo governo, seja qual for, já advertiu que seguirá os ditames do imperialismo e seguirá com o desenvolvimento das políticas antioperárias e antinacionais, do Governo Frei.

A tarefa que se impõem, depois de anular o voto em 16 de janeiro, será o de desenvolver todos nossos esforços no sentido de

aglutinar as várias camadas da vanguarda em torno da estratégia da Revolução e Ditaduras Proletárias. Isto significa, hoje em dia, dar uma luta sem quartel contra toda forma de democratismo e de ilusão em que o capitalismo possa resolver as urgentes necessidades dos trabalhadores.

A unificação das lutas contra o próximo governo pró-imperialista, o fortalecimento das organizações de base, a expulsão dos burocratas e pró-burgueses das fileiras do movimento operário, dão corpo às tarefas da militância revolucionária. Nesta luta verdadeiramente titânica, por levar adiante a bandeira da revolução proletária, é essencial penetrar nas mobilizações, politizar os conflitos, unir as lutas, sair para intervir de peito aberto na luta de classes, para desta forma dar corpo ao Partido Operário Revolucionário e começar assim a emancipar os operários e a enterrar o cadáver putrefato do capitalismo. Desta vez nós revolucionários temos a palavra.

(extraído do Lucha Obrera n.º 23 de 09/01/00 – Órgão do Comitê Construtor do POR Chileno)

Tribunal Popular para combater a burguesia responsável pelo fascismo pinochetista e aqueles que derramaram sangue do povo chileno e da militância. A revolução do Chile semicolonial será conjunta do proletariado e demais oprimidos. Só as massas podem pôr fim ao fascismo, novamente escondido por detrás da "democracia" dos capitalistas.

Como devemos colocar o problema Pinochet?

Para os marxistas, não se trata de um problema individual, mas de uma consequência do capitalismo decadente, que responde com o fascismo o perigo iminente de que o proletariado tome o poder político e imponha sua ditadura

Como julgar o gorila Pinochet?

Os burgueses democratizantes e os supostos esquerdistas que estão a seu serviço acreditam que o acontecido no Chile (a derubada de Allende e a ditadura fascista que a seguiu) é consequência das segregações glandulares diabólicas de um general. Muitos aventureiros que se autoproclamam 'marxistas' foram ganhos pelo terrorismo individual e sustentam que degolando a um ou mais ditadores a humanidade terá aberta as portas do paraíso terrestre.

Os parlamentares aconselham unir po-

bres e ricos, operários e burgueses no empenho de acabar com Pinochet – o ditador de ontem – para que o exemplo de seu sacrifício constitua uma lição inesquecível, uma lição tão dura que acabará para sempre com o perigo de que o fascismo retorne.

Sabemos que a luta de classes, uma verdadeira guerra entre oprimidos e opressores, tem como eixo a violência revolucionária das massas e a reacionária da burguesia, que sempre pode concretizar como a ditadura fascista.

Pinochet foi em seu momento – e em certa forma segue sendo – o emblema da extrema direita, da burguesia disposta a se jogar inteiramente para não perder sua condição de 'dona' da sociedade.

Pinochet morrerá logo, mas aparecerão montões de elementos que podem substituí-lo.

Os demagogos democratizantes estão

interessados em convencer a todos que acreditem em suas conclusões e que os apoiem decididamente. Prometeram acabar com as ditaduras através do castigo exemplar a Pinochet.

Substituir o Terrorismo, a Violência Individual, com a Luta das Massas para Acabar com a Ditadura Burguesa.

Somos intransigentes em nossa posição: unicamente a luta revolucionária dos explorados, do proletariado à direção da nação oprimida pelo imperialismo, ao conquistar a vitória, acabará com as raízes do fascismo.

Estamos reivindicando que acabar com a burguesia é acabar com o perigo do fascismo.

Serão a Revolução e Ditaduras Proletárias que acabarão com a ameaça do fascismo a serviço da burguesia.

(extraído do Masas boliviano n.º 1697 de 14/01/00)

México - Abaixo a repressão do governo entreguista de Ernesto Zedillo!

Viva a greve de 9 meses dos estudantes mexicanos!

A greve de nove meses dos 240 mil estudantes da Universidade do México foi interrompida pela invasão militar. A polícia federal realizou uma operação de cerco e assalto das instalações da Universidade com aproximadamente 1300 soldados. Prenderam 632 grevistas, que estavam de sentinela na ocupação estudantil da Universidade.

A mais longa greve dos estudantes mexicanos já não encontrava forças para resistir à quebra da autonomia universitária. Embora a resistência tenha sido heróica, o seu isolamento e o desgaste impediram que a greve saísse vitoriosa. Temos mais uma lição da necessidade da aliança operário estudantil.

A greve se iniciou contra a privatização do ensino. O governo Ernesto Zedillo impôs uma ofensiva privatizante exigindo que os estudantes pagassem anuidade de 240 dólares. As lideranças fizeram um movimento em favor da greve, que foi apoiada pela maioria. Manifestações de rua e a ocupação da Universidade com barricadas mostraram a radicalização do movimento estudantil contra a política pró-imperialista e antipopular do governo burguês.

Como qualquer país da América Latina, o México tem cumprido as diretrizes do imperialismo. Grande devedora, a semicolônia mexicana, quase anexada ao império norte-americano, comporta-se como joguete dos interesses do grande capital. A crise mexicana 1994/95 expôs as raízes da submissão do México aos capitalistas internacionais. Até mesmo a renda do petróleo foi hipotecada em relação à "ajuda" do FMI/Clinton. "Ajuda" que serviu para o governo mexicano pagar os banqueiros.

O entreguismo descarado impôs uma desnacionalização nunca ocorrida na história desse país. A sangria financeira do México e o agigantamento do controle multinacional de sua economia resultam em atraso e empobrecimento generalizado da população.

A privatização do ensino é parte dessa consequência. A classe média urbana que cresceu e gozou de vantagens, desde as décadas de 50 e 60, também tem de arcar com o peso da desintegração do capitalismo. Certamente, a classe operária e os camponeses vêm sofrendo os mais violentos ataques.

Nos centros urbanos, a burocracia sindical corrompida e submetida ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) auxilia a burguesia mexicana nos seus planos pró-imperialistas e no aumento da taxa de exploração da força de trabalho. O progra-

ma econômico do governo Miguel de La Madri, de 1988, resultou em congelamento dos salários e na farsa de congelamento dos preços. Os sindicatos assinaram o "pacto de solidariedade econômica", claramente antioperário. A mesma atitude dos sindicalistas ocorre no quadro da monumental crise de 94/95. A política pró-Nafta contou apenas com críticas demagógicas da esquerda pequeno-burguesa nacionalista, a exemplo do Partido de Cuauhtémoc Cárdenas, Partido da Revolução Democrática (PRD).

No campo, os camponeses de Chiapas se levantam em armas em defesa da terra, autonomia às nacionalidades indígenas e contra a miséria. O exército realiza massacres, mas não consegue impor à guerrilha zapatista (EZLN) a derrota. A tática governamental é de manter o cerco a Chiapas e, com o isolamento, criar as condições políticas para uma nova ofensiva militar. Conta-se ainda com a fraqueza e os limites programáticos do movimento zapatista, que, por isso mesmo, não terá como se colocar à cabeça de um movimento mais geral dos oprimidos para destruir o poder burguês. A derrota da greve estudantil e de qualquer movimento que se oponha à diretriz pró-imperialista é necessária para a burguesia impossibilitar a confluência dos vários movimentos sociais.

Tudo indica que a crise mexicana retornará num patamar mais elevado. A burguesia espera manter Chiapas enclausurada, o movimento operário amordaçado pelos acordos realizados entre governo e burocracia sindical e, agora, com o fim da heróica greve da Universidade do México. Entretanto, é bem provável que a classe operária se rebelde contra a política de conciliação de classe das direções corrompidas. A unidade operária e camponesa é a condição para se enfrentar a crise, resistir às medidas antinacionais e antipopulares do governo e desenvolver um programa anticapitalista.

As condições da crise e o caráter semicolonial do México colocam à luz do dia tarefas democráticas e a da revolução agrária e independência frente ao domínio imperialista. O nacionalismo burguês demonstrou cabalmente seu fracasso em resolver tarefas democráticas dessa magnitude. Tanto é que, hoje, a burguesia mexicana comparece completamente entreguista. A classe operária poderá realizá-las através da revolução social. Os camponeses só terão as terras e as nacionalidades indígenas só poderão alcançar autodeterminação por intermédio da

revolução proletária.

Uma frente única antiimperialista, dirigida pela classe operária, que una os camponeses, trabalhadores desempregados, trabalhadores da economia informal e estudantes, servirá para pôr em pé no México um movimento da maioria nacional contra a burguesia entreguista e o capital imperialista.

Por que tratamos de um problema tão amplo partindo da greve estudantil da Universidade do México? Porque a destruição da educação será levado a fundo se não houver uma unidade dos explorados, sob a direção da classe operária, contra o Estado capitalista. A burguesia está obrigada a atacar fundo todos os aspectos da vida social. As reivindicações parcializadas e os movimentos isolados ou tomam forma geral ou serão derrotados. Uma greve tão longa, como a da Universidade do México, nos traz justamente essa lição.

Cada vez que estamos diante de acontecimentos tão importantes na luta de classes somos obrigados a tratá-los do ponto de vista estratégico da revolução social. Somente assim a vanguarda, que encabeça os enfrentamentos das massas contra a burguesia, entenderá a necessidade de superar a crise de direção, organizando o Partido Mundial da Revolução Socialista, da IV Internacional.

O que se passa no México é o mesmo que ocorre no Brasil, resguardando as devidas diferenças. Precisamos trabalhar pela construção do partido revolucionário, como seção do Partido Mundial. Tanto no México quanto aqui o desprezo ou a renúncia a essa tarefa traz e trará como consequência a divisão dos movimentos, os limites programáticos e as adaptações à pressões do poder burguês.

Os estudantes mexicanos ao resistirem 9 meses mostraram uma disposição de luta extraordinária. O mesmo está fazendo os camponeses de Chiapas. Com certeza, também fará o proletariado quando sair unitariamente em combate. Defender a vitória dos explorados exige defender o programa da revolução proletária e construção do partido que lhe corresponda.

Viva a greve de 9 meses! Viva a greve heróica dos estudantes mexicanos!

Pela imediata libertação dos presos políticos! Pelo atendimento de todas as reivindicações dos estudantes! Pela unidade operária-camponesa-estudantil! Constituir a frente única antiimperialista para derrotar a burguesia entreguista e seu plano de fome e miséria!